

ECONOMIA POLÍTICA DOS PREÇOS DE ALIMENTOS, INSTABILIDADE ECONÔMICA E REGULAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

RESUMO

Desde meados da década de 1980, num contexto de questionamento da gestão pública de programas e políticas em prol do desenvolvimento rural sustentável, foi também colocada em xeque a intervenção do Estado no manejo de estoques públicos de alimentos. Tendo em conta esse referencial, propomos a resgatar a importância e o papel da instância pública neste domínio, compreendendo-se que a política de estoques públicos é parte integrante de políticas mais amplas em favor da segurança alimentar e nutricional das populações. A questão em tela se reveste de extrema atualidade, especialmente quando se tem em conta a flagrante deterioração dos indicadores de preços de alimentos, no cenário mais geral de crise alimentar em nível mundial que marca a atualidade.

Palavras chave: Regulação econômica, segurança alimentar, estoques públicos instabilidade econômica, preços de alimentos.

INTRODUÇÃO

Assiste-se nos anos recentes, especialmente desde meados de 2008, a um intenso debate em torno da *crise mundial de preços de alimentos*. Tal debate teve grande repercussão em termos de mídia, com ênfase num conjunto de fatores tidos como responsáveis pela elevação do custo de aquisição de produtos alimentares. Neste quadro, agravado por aquele outro relativo à *crise financeira* atual, regressou com força a polêmica sobre o papel do Estado na esfera econômica, polêmica, por sinal, muito bem vinda, tendo em vista o quadro político de hegemonia do discurso liberalizante que marcou o capitalismo mundial desde os anos da década de 80.

Em específico no tocante à temática de regulação pública do abastecimento alimentar, objetivo primordial neste trabalho, não há dúvida de que a intervenção do Estado se justificaria por variados motivos, adiante enumerados. Fundamentalmente, porém, caberia sublinhar a importância de um vetor *estável* de preços agrícolas para se determinar o nível de salário básico da economia, assim como as condições gerais de vida da população. De fato, os preços alimentares impactam de modo importante os níveis de renda e de salários reais e, por consequência, o padrão alimentar e nutricional das populações.

É evidente que tal impacto é magnificado no contexto de sociedades estruturalmente combatidas como as de terceiro mundo, marcadas que são por graves assimetrias em termos de distribuição de riqueza e renda. Desafortunadamente, conforme registros estatísticos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO: 2006), o dispêndio com importações de cereais pelos países mais pobres (e com *déficit* alimentar) – em verdade os mais pobres dentre os pobres... – elevou-se em mais de 50% entre 2007 e 2008, sendo este um elemento agravante de tendência já detectada em anos anteriores.

Igualmente, ao longo das três últimas décadas do século XX, os 49 países mais pobres do mundo passaram de exportadores de alimentos a importadores líquidos dos mesmos. Tais indicadores colocam a descoberto o quadro de miséria de pelo menos 37 países, passíveis de situações de crise alimentar explícita, o que, segundo a FAO, justificaria a pura e simples *ajuda alimentar* externa emergencial às suas respectivas populações.

Também, dentro da temática de instabilidade econômica e regulação de preços de alimentos, haveria que se destacar a importância de um vetor *estável* de preços agrícolas no tocante à boa gestão de preços pagos aos agricultores. Notadamente, tal gestão contribuiria de modo importante para melhorar a distribuição de renda e o nível de emprego setorial.

Tais elementos de análise corroboram, *per se*, a legitimidade da intervenção pública no controle da característica instabilidade de preços e mercados na agricultura, assertiva que adquire todo vulto quando referida a quadros sociais como os acima descritos, em especial no tocante às sociedades de nossa América Latina. Particularmente no caso da sociedade brasileira, para além da manutenção de um quadro de estabilidade monetária, defrontamo-nos presentemente – como de há muito... – com o desafio de superação de assimetrias sócio-econômicas históricas e estruturais de não pequena monta.

Contudo, para além das análises mais superficiais veiculadas pela mídia, ganhou força nos últimos anos a leitura da crise de preços de alimentos a partir de seus elementos de cunho *estrutural*, ultrapassando-se dessa forma sua apropriação em base meramente *conjuntural*. Nesta, que configuraria a abordagem mais convencional da questão, se privilegiaria posturas específicas de mitigação dos efeitos da alta de preços sobre as populações atingidas, com destaque para controle de preços, subsídios aos consumidores e restrições às exportações. Ora, nunca será demais sublinhar que medidas deste jaez não teriam o condão de resolver, por si sós, as questões antepostas, na prática projetando efeitos (dês)estruturantes no médio e longo prazo e de (dês)incentivo às economias locais.

Raciocínio análogo poderia ser feito quanto à promoção de programas de ajuda alimentar pelos países industrializados, em resposta a chamamentos de agências internacionais. Quando operacionalizados através de metodologias tradicionais – e incongruentes com as necessidades de *desenvolvimento* dos países – tais programas podem mesmo impactar negativamente as produções e emprego locais.

Considerando-se os quadros sociais e econômicos concretos com que nos defrontamos, diríamos que uma abordagem conseqüente do problema uniria ações de natureza estrutural com aquelas outras de cunho mais imediato e, por que não dizer, até mesmo assistencialistas. Estas ações se configurariam naquelas medidas de curto prazo geralmente presentes nos programas de segurança alimentar promovidos nos diversos países: reforço aos programas de alimentação escolar, bancos de alimentos, restaurantes populares, transferências monetárias às famílias sob condições de atendimento de programas de educação e de saúde.

Entretanto, pela mediação das políticas públicas – e em contextos de profundas assimetrias estruturais – esperar-se-ia, em simultâneo, o atendimento dos passivos representados pelos segmentos totalmente excluídos dos pressupostos mais elementares da cidadania, sem perder-se de vista o enfrentamento de questões de ordem estrutural. Sem margem a dúvida, uma agenda de ações consistente com os *objetivos do milênio* levaria ao enfrentamento do problema pela via das intervenções de cunho estrutural, atacando-se as questões pelas suas causas mais do que por seus meros efeitos. Passemos, pois, à enumeração de alguns fatores que convergiriam em direção a uma caracterização mais abrangente da atual crise de preços de alimentos no mundo.

Em termos mais gerais, tais análises atribuiriam certo peso aos efeitos de subsídios praticados por países desenvolvidos, que contribuiriam de forma importante para distorcer os preços internacionais de diversos produtos, bloqueando a inversão produtiva na agricultura de países de suporte mais débil.

Outro fator muito sublinhado nas análises se referiria à forte demanda de alimentos por países como Índia e China, em decorrência da elevação de suas rendas e mudança de padrões/ hábitos alimentares.

Também teria seu peso específico, a redução das áreas passíveis de apropriação agrícola devido à urbanização e seus efeitos conexos de especulação com terras rurais, caso típico do sudeste da Ásia com reduções verificadas nos cultivos de arroz.

Igualmente, a ocorrência de secas e inundações num cenário mais geral de mudança

climática, seria um fator de impacto a se considerar na elevação dos riscos das agriculturas de países periféricos. Como sabido, esses países padecem de problemas estruturais de gestão de políticas agrícolas de suporte à atividade, em especial pela ausência de efetivos sistemas de seguro à atividade.

Por fim, consideremos mais dois fatores pertinentes à questão e geralmente apropriados nas diversas análises. Um deles relativo ao impacto da elevação dos preços do petróleo sobre os custos agrícolas, em especial transportes, insumos e maquinários. Outro tema classicamente apontado seria o da expansão dos biocombustíveis *vis-à-vis* seus efeitos concorrentes quanto ao uso do solo e da água, assim como dos recursos produtivos de modo geral. Também desempenharia seu papel as oscilações do dólar e a crise financeira mundial, que se constituiria em elemento catalisador do investimento e especulação com matérias primas e alimentos.

Todavia, *last, but not least*, ademais dos fatores acima referidos interessa-nos assinalar um outro elemento de fundo estrutural, que reafirmaria um pouco mais nosso objetivo de estudo da economia política dos preços de alimentos, instabilidade econômica e regulação no capitalismo contemporâneo.

Tal elemento se referiria à progressiva ***redução do nível internacional de reservas de alimentos*** (ou estoques públicos) – em especial de cereais – processo que remonta à década de 1990. Desde os acordos da Rodada Uruguaí do extinto Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), assistiu-se à redução induzida das reservas alimentares dos principais países exportadores, movimento perceptível na queda pronunciada dos estoques de alimentos mantidos pelos governos, especialmente dos países chamados *em desenvolvimento*. Em direção semelhante funcionou o desenho e operacionalização de novos instrumentos financeiros de suporte à comercialização agrícola, supostamente menos onerosos do que os tradicionais instrumentos públicos.

E foi precisamente naquela conjuntura de abertura econômica e liberalização de mercados que se intensificaram os fluxos de comércio mundial em presença de crescente mobilidade do capital – particularmente de sua esfera financeira – potencializando-se o discurso em prol da redução de apoio às produções em nível doméstico.

Notadamente, estava em curso acelerado o vetor de diminuição dos obstáculos às importações e limitações no uso de subsídios às exportações, induzindo-se o balizamento das diversas economias pela integração cada vez maior dos mercados nacionais. Ideologicamente,

cabia aqui o pressuposto de dominância de um processo *harmônico* e agregador dos interesses – certamente *conflitantes* – dos parceiros da globalização, atribuindo-se ao mercado o condão de promover os virtuais ajustes do sistema, num regime de economia aberta.

Sem embargo, alternativamente a esta propositura, nunca será demais afirmar o papel da **regulação pública** de preços agrícolas, tida neste estudo como elemento *instrumental* relevante para se efetivar políticas de segurança alimentar de cunho abrangente. Aliançada estrategicamente ao enfrentamento de questões de ordem estrutural, tal regulação contribuiria de modo importante para alterar o padrão de distribuição de renda dos países em sentido da equidade, configurando-se em base necessária para o desenvolvimento sócio-econômico sustentado no longo-prazo.

Portanto, tendo em vista o conjunto de considerações acima, propomos neste trabalho a temática da intervenção pública no controle da instabilidade dos preços de alimentos e do abastecimento, referenciando-nos, para tanto, na fundamentação teórica pós-keynesiana do *forjador de intercâmbio*. Num cenário como o da atualidade, ainda marcado pela força dos pressupostos da globalização econômica, tal perspectiva teórica enseja um suporte adequado à apropriação do Estado como gestor de políticas públicas de suporte às condições de vida da maioria da população.

Na focalização aqui proposta, a lógica de intervenção do Estado se concretizaria na provisão das condições de *ordem* e *liquidez* que seriam essenciais ao funcionamento dos mercados de estoques de alimentos. Seguramente, porém, o controle da instabilidade dos preços alimentares iria muito além da mera alocação dos recursos econômicos disponíveis, justificando-se como temática ligada ao problema distributivo, mormente considerando-se realidades sócio-econômicas de expostas fraturas do concerto social. É nessa exata medida que nosso objeto de análise versa sobre a economia política dos preços de alimentos, instabilidade econômica e regulação nas sociedades contemporâneas.

INSTABILIDADE ENDÓGENA NOS MERCADOS DE *COMMODITIES*: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO À LUZ DO MARCO TEÓRICO PÓS-KEYNESIANO

Os mercados de *commodities* e dos bens duráveis, cujos estoques pré-existentes sejam relativamente grandes com respeito aos fluxos anuais de produção – ou aos fluxos correntes do consumo – se caracterizam por estruturas peculiares de formação de preço, similares

àquelas pertinentes aos mercados de bens de capital. Tal peculiaridade dos mercados de *stock* coloca problemas específicos sob a ótica da liquidez e do financiamento, questões que – de seu turno – recolocam a formação dos preços desses bens numa perspectiva eminentemente *especulativa* (DELGADO, 1990: 9).

Considerando que a maior parte dos bens de consumo final da cesta básica alimentar inscrevem-se nesta categoria de *commodities*, a formulação teórica para compreensão da *instabilidade* endógena desses mercados atravessa a discussão das *expectativas* e da *incerteza*, visto o alto grau de imprevisibilidade que lhes é inerente. Nesse caso, as decisões capitalistas relevantes dependeriam, crucialmente, das expectativas dos agentes acerca da evolução – absolutamente incerta – dos cenários econômicos futuros.

Nesse sentido, sublinharíamos as graves restrições teóricas implícitas no arcabouço convencional que, ou ignora o elevado grau de imprevisibilidade próprio à sociedade econômica, ou tenta reduzir as expectativas a equivalentes em certeza. De fato, a admissão da incerteza econômica nos modelos convencionais se condiciona à sua redução ao cálculo probabilístico, o que equivaleria a se apreender o futuro como uma realidade *arriscada*, mais que propriamente incerta. No suposto estrito da existência de mecanismos corretivos de virtuais opções equivocadas – a um custo supostamente desprezível – a lógica operativa dos agentes os levaria à permanente precaução contra eventuais consequências adversas de suas ações, atitude esta que terminaria anulando o papel crucial desempenhado pelas expectativas.¹

Entretanto, diversamente dessa particular apropriação da dinâmica real, no capitalismo prevaleceria um quadro econômico eivado por expectativas incertas quanto aos cenários futuros, não se encontrando os agentes em posição de antecipar eventuais consequências indesejáveis de seus atos, e muito menos as consequências de ações de seus concorrentes em potencial. Pois, admitindo-se que o tempo seja uma realidade irreversível, certamente seria fortíssimo o conteúdo expectacional das decisões econômicas, subordinando-se a dinâmica do sistema ao grau de confiança que os agentes depositassem em suas próprias expectativas. Seria precisamente nessa medida que se reafirmaria o contraste teórico fundamental entre as noções de incerteza keynesiana e de *risco mensurável*, esta última pertinente ao paradigma tradicional. Aduzir-se-ia dessas considerações o importante papel da *arbitragem* dos agentes quanto às condições que eventualmente respaldassem a retenção de disponibilidades financeiras, compreendidas como recurso flexível para se prevenir situações inusitadas.

¹ Conforme Dixon (1986), "(...) if, at any moment of time, firms could, instantaneously and without cost, adjust their capital stock (and other aspects of their affairs) to current needs, there would be no need to anticipate, no

Ressalte-se que foi a partir da conceituação keynesiana de *circulação financeira*, que os autores pós-keynesianos identificaram o rompimento crucial de Keynes com a ortodoxia. Notadamente, as operações com ativos financeiros haveriam de extrapolar o plano da mera circulação de bens, repondo-se importantes implicações para a dinâmica sistêmica do capitalismo. A propósito da importância de tais operações, Carvalho (1992: 29) destaca oportunamente que:

"However, asking about forms of wealth, dealt with in financial circulation, Keynes advanced into the examination of notions such as waiting and speculation, and particularly into money as a form of waiting and speculating about asset values. The retention of positions in money affected the prices of debts and assets and actually affected the allocation of wealth among its various forms, making money non-neutral.(...) Nevertheless, in contrast to industrial circulation, money held as an asset is not associated to any definite plan of expenditure. It is held to be eventually spent, but it allows its possessor to postpone the decision as to when to do it. It is, thus, more than a bridging convenience and its behaviour cannot be adequately described by the Quantity Theory in any form, except if one takes the latter as just a truism or an accounting identity."

Certamente, o dinheiro influiria decisivamente nos planos de *produção* e de *investimento* dos agentes, em relação aos quais estão implícitas decisões de curto e de longo prazo, respectivamente. Isto significa que seria inconsistente a redução do dinheiro a mero *numerário*, como o faz a abordagem tradicional neoclássica, vista a impossibilidade teórica de se estabelecer uma correspondência biunívoca entre dinheiro e bens. Ademais, haveria que se considerar o caráter *descentralizado* das decisões econômicas relevantes, normalmente postas em prática sob condições de extrema incerteza. Certamente, tais decisões seriam efetivadas num entorno marcado por múltiplas influências, quer do presente sobre o futuro, ou daquilo que se espera em relação a um futuro do qual pouco se conhece. Em Keynes a autonomia da circulação financeira colocaria em pauta a possibilidade de se reter poder de compra sob forma líquida, o qual, deixando de dirigir-se ao mercado de bens, não promoveria o arrasto das condições de produção.²

time, no need for expectation, and hence no uncertainty".

² Avançando nesse argumento, Garlipp (1997: 42) acrescenta que "(...) a inexorabilidade do caráter incerto que preside as decisões e expectativas quanto ao futuro, juntamente com o papel ativo do dinheiro (...) levam-nos a reconhecer a imbricação entre o financeiro e o produtivo também na conotação monetária do investimento, pois que este encontra-se unificado com a preferência pela liquidez, estando ambos expectacionalmente situados na lógica da valorização". Segundo o autor "o conceito de eficiência marginal do capital de Keynes, caracterizado pela sua conexão com as expectativas dos investidores e enquanto uma magnitude expectacional, juntamente com a ênfase que ele coloca nas crenças dos empresários – mais que sobre as coisas físicas com as quais estão referidos – deriva da atribuição ao caráter tipicamente especulativo do processo de formação de decisões de

Davidson (1984) é categórico quanto à necessidade de romper com qualquer esquema de análise referido a supostos de *previsibilidade* dos processos econômicos. Para ele, seria impróprio apreender a conduta dos agentes à base de sua capacidade de adaptação no longo-prazo, segundo uma lógica fundada em que o somatório das ações individuais não necessariamente levaria a um resultado do tipo *perde/ganha*, de modo a se estabelecer posições de equilíbrio no longo-prazo.

Em contraposição, o autor se propõe a recuperar o traço crucial da noção keynesiana de incerteza – baseada no princípio de *irreversibilidade* do tempo – e seu postulado de impossibilidade de atuação dos agentes à base de sucessivos processos de tentativa e erro. De fato, na perspectiva teórica pós-keynesiana o desempenho dos atores econômicos transcorreria num cenário econômico essencialmente incerto – ou não *ergódico* – no qual o processo produtivo demandaria tempo, o que imporá a necessidade de se desenvolver instrumentos específicos para se atenuar o grau de incerteza reinante, particularmente a criação de contratos monetários futuros (DAVIDSON, 1985: 7).

Releva, a propósito, o aspecto chave da obra de Keynes no tocante ao papel da incerteza fundante da atividade econômica. Pois, no universo de análise keynesiano, seriam absolutamente inócuos quaisquer caminhos pré-definidos que potencializassem o desempenho *autônomo* dos agentes no desenho de suas estratégias de ação. Nisto se evidenciaria a precariedade do conhecimento disponível sobre o futuro – em particular no tocante às decisões de investimento – que não seria passível de solução, por exemplo, através do desenvolvimento de meios de informação mais e mais sofisticados. Destarte, interagindo nas configurações econômicas reais, os agentes se deparariam com cenários econômicos ditos *inergódicos* – no sentido de que não passíveis de determinação *ex-ante* – base fundamental da incerteza inerente às decisões dos agentes que atuam numa economia monetária.

Repõe-se, assim, o traço marcadamente especulativo das decisões capitalistas de produção. É neste sentido que Keynes (1978) considera que a imprevisibilidade quanto a um futuro “(...) oscilante, vago e incerto, torna a riqueza uma questão especialmente inadequada aos métodos da teoria econômica clássica”. Inexoravelmente, esta “acabaria esbarrando em obstáculos intransponíveis ao estudar o processo de acumulação de riqueza”.³

investir”.

³ Sobretudo, conforme o autor, o aporte teórico dos clássicos se adequaria com perfeição a um cenário caracterizado pelo consumo quase instantâneo dos bens econômicos. Porém, requerer-se-iam modificações substantivas no caso da teoria ser aplicada “a um mundo no qual a acumulação de riqueza para um futuro indefinidamente adiado” fosse “um importante fator; e quanto maior a parte proporcional desempenhada por tal

Analisando a dinâmica dos mercados de *commodities* agrícolas e questões relativas à sustentabilidade e condições para uma nova regulação econômica, Delgado (1990) refere-se à avaliação dos bens duráveis e à determinação de suas taxas próprias de juros (TPJ) – tratadas por Keynes no capítulo 17 da Teoria Geral – adotando-a como base para análise da instabilidade inerente aos mercados agrícolas.

O conceito de TPJ foi desenvolvido por Keynes com vistas a se apreender um modelo de preços instantâneos (*spot*) versus preços futuros, tendo-se em vista a análise do processo de escolha de ativos numa economia monetária. A TPJ seria expressa como a medida do rendimento total propiciado por certo ativo, rendimento este medido em termos do próprio ativo. Logo, nos termos de Keynes (1982: 175), "para cada bem durável temos uma taxa de juros calculada em termos do próprio bem - uma taxa de juros do trigo, uma taxa de juros do cobre, (...)."

A TPJ, pensada pelo autor como uma relação explicativa acerca de avaliações prospectivas dos ativos, teria a seguinte formalização:

$$\text{TPJ} = \text{Preço Presente} \times (1 + i) = f(a, q, c, l) = a + (q - c) + l$$

As quatro variáveis componentes da relação poderiam ser assim explicitadas:

(a) é a taxa de valorização esperada do ativo ao final do período, podendo ocorrer ganhos – ou perdas – devidos à valorização – ou desvalorização – dos preços de mercado do ativo em questão, entre o ato de compra e o fim do período de retenção.

$$a = \frac{PE - PC}{PC}, \text{ sendo: } \begin{array}{l} PE \text{ o preço esperado} \\ PC \text{ o preço corrente ou de mercado} \end{array}$$

(q) é a taxa de rendimentos que se espera auferir do uso ou posse deste ativo, na forma de fluxos de renda como lucros, juros, aluguéis, dividendos, etc.

$$q = \frac{Q}{PC}, \text{ sendo: } \begin{array}{l} Q \text{ o fluxo de renda} \\ PC \end{array}$$

(c) reflete o fato de que a posse de um ativo pressupõe custos, que se verificam sendo o ativo usado ou não. Estes são custos de seguro, estocagem, perdas, etc., podendo ser denominados de custos de carregamento no tempo. Se tomados em relação ao preço corrente de mercado do ativo, teríamos que:

acumulação de riqueza, tanto mais essenciais se tornam as emendas em questão".

$c = \frac{C}{PC}$, sendo: C o somatório dos custos de carregamento

(I), por seu turno, representaria o prêmio de liquidez do ativo, base para se avaliar a facilidade de sua conversão em dinheiro ou outros ativos.

Notadamente, a liquidez de um ativo quantificaria o retorno auferido por seu possuidor na forma de *flexibilidade* frente a situações imprevistas. Assim, sua incorporação à equação acima demonstra que TPJ apropriaria os retornos esperados da posse de um ativo, não apenas em termos valor, mas também no tocante ao grau de segurança auferido contra virtuais frustrações de expectativas. Como sublinhado por Carvalho (1987: 71), "a taxa própria de juros de um certo ativo é a medida de seu rendimento total, não apenas em termos de reclamos de renda que ele proporciona, mas também em termos da conveniência de possuí-lo e dos ganhos de capital que alguém pode obter por meio de sua venda".

Aplicada ao universo das *commodities* agrícolas a relação acima se reduziria à expressão (a - c), tendo-se em conta que tais ativos não produzem rendimentos (q), ademais de seus valores em termos de prêmio de liquidez serem relativamente indefinidos. Todavia, Delgado (1990) aponta para a maior relevância de TPJ quando referida à posse de rebanhos, considerando-se que, normalmente, a taxa natural de crescimento (q) do ativo pecuário é uma variável positiva e sua liquidez (I) é, em geral, razoavelmente elevada. Em idêntica direção, o autor se refere à questão dos *stocks* florestais.

Sobretudo, porém, o processo de reavaliação contínua da relação entre os preços presente e futuro se subordinaria estritamente às expectativas de valorização – ou de desvalorização – futura do ativo em questão, ao que se acrescentaria um nível de rendimento líquido (q - c), virtualmente proporcionado por sua posse no decorrer do período em questão.

Entretanto, acrescenta Delgado (1990), a expressão $TPJ = a + (q - c) + I$ também nos informa que, "*dependendo do grau de liquidez associável ao bem em questão, a magnitude da valorização $a + (q-c)$ modifica-se completamente*". Nesse sentido, caberia destacar o importante papel desempenhado pelas instituições de mercado e/ou do Estado, enquanto instâncias propiciadoras de condições mais ou menos estáveis para se avaliar os bens duráveis nestes mercados. Nos termos de Davidson (1978: 78):

"O grau de liquidez associado com qualquer bem, depende da organização e da ordem do mercado instantâneo que se negocie. Os bens duráveis cujos mercados instantâneos estão muito mal organizados, sejam tênues ou inclusive teóricos, são ativos não-liquidos (...) Os

ativos líquidos são bens duráveis, negociados em mercados bem organizados e ordenados. Portanto, a qualidade dos ativos líquidos de qualquer economia depende das práticas e instituições sociais nessa economia".

Tais considerações tornam patente a relevância de que se reveste o estudo deste atributo de *liquidez*, conquanto conceito fundamentalmente relacionado às características dos mercados onde as transações dos ativos são efetuadas. Dessa asserção fundamental poderíamos aduzir que, quanto mais eficientes fossem os mercados, mais líquidos tenderiam a se tornar os ativos neles transacionados. Seguindo o argumento de Carvalho (1987: 76), diríamos que a *eficiência* dos mercados se encontraria balizada pelo menos por três aspectos básicos, particularmente sua densidade, permanência e organização.

A *densidade* diria respeito às variáveis estruturais de mercado, nomeadamente seu tamanho e a quantidade potencial de agentes envolvidos no processo da comercialização. É notável que a densidade de mercado relaciona-se, basicamente, com o grau de *substitutibilidade* entre tipos específicos de uma dada mercadoria nele transacionada - no espaço e no tempo - o que equivaleria a dizer que, quanto mais baixo o grau de substituição entre tipos, mais específico haveria de se tornar determinado mercado.

Em segundo lugar, a *permanência* de um mercado se referiria ao seu tempo de operação – ou de funcionamento – o que implicaria que a liquidez de certo ativo seria diretamente proporcional ao grau de permanência de seu respectivo mercado. É precisamente neste sentido que o *dinheiro* se reveste de seu atributo fundamental, conquanto um ativo *perfeitamente* líquido: simplesmente do fato de se dispor de um mercado – nacional e mundial – de funcionamento *ininterrupto*. Alternativamente, um mercado de estoques – numa acepção bem geral do termo – seria menos líquido, em termos relativos, por circunscrever suas operações a períodos de tempo mais restritos.

Em terceiro lugar, e relacionado à citação anterior de Davidson (1978), teríamos o problema da *organização* dos mercados. Nesse aspecto em particular, caberia sublinhar que diversamente da abordagem walrasiana aos mercados – que quanto mais *perfeitos* mais *invisíveis* se tornam – Keynes os concebe como instituições, vale dizer, um conjunto integrado de práticas, regras e procedimentos. Sobretudo, poder-se-ia dizer que, em boa medida, os anteriores atributos de densidade e permanência se encontrariam definidos na própria criação e organização dos mercados. Disto decorreria a assertiva fundamental de que, quanto mais organizados forem os mercados, mais ordenadamente tenderão a se desenvolver as transações em seus âmbitos específicos.

Como assinalado por Delgado (1990), a *iliquidez* seria uma condição correspondente mais às instituições do que às mercadorias, associando à posse de ativos um cenário pleno de incertezas e comportamentos defensivos que, por seu turno, haveriam de produzir uma ainda maior instabilidade nos níveis de preços. De acordo com o autor, poder-se-ia avaliar uma medida do grau de instabilidade dos preços considerando-se a relação entre os preços presente e futuro, cuja avaliação prospectiva tenderia a se tornar tão mais incerta, quanto *menos* instituições houvesse para se coordenar o intercâmbio de maneira eficaz.

Sobretudo, em lugar do *auctioneer* walrasiano da literatura do *mainstream*, colocar-se-ia em relevo a categoria-chave do *forjador de intercâmbio*, um conceito crucialmente importante numa perspectiva teórica pós-keynesiana (DAVIDSON, 1978: 89).

Pois, compreendido como forjador de intercâmbio, ao Estado se atribuiria o papel de instância provedora de condições de *ordem e liquidez* ao longo do tempo no preço monetário do bem negociado, atenuando-se as flutuações aleatórias de mercado por intermédio da utilização de inventários consideráveis do ativo em questão, assim como dinheiro ou outros ativos líquidos. Demonstra-se, pois, o caráter preponderante dessa categoria teórica, no contexto relativo aos processos de instabilidade econômica endógena no capitalismo.⁴

Decididamente, sobressairia aos nossos propósitos apreender o papel da instância pública a partir do marco de análise pós-keynesiano, notadamente com respeito à regulação pública dos mercados de estoques alimentares. Para efeito de contraste em relação aos parâmetros que norteiam nosso trabalho, destaque-se a objeção clássica do pensamento *liberal* ao papel do Estado como forjador de intercâmbio. Normalmente, se atribuiria como *(des)necessária* a intervenção do Estado para suprir as chamadas *falhas* de funcionamento dos mercados, dado se considerar perfeitamente desnecessária a manutenção de inventários, *vis à vis* a possibilidade de acesso flexível ao circuito internacional pela via das importações.

A força política dessa assertiva é mais que notória, sobretudo considerando-se a maré montante de proposituras de cunho liberal sobre a gestão de política econômica dos países. Mormente num contexto demarcado pela assunção do discurso de abertura econômica e

⁴ Em princípio diríamos que essa categoria eventualmente poderia ser incorporada à análise convencional, desde que subsumida ao pressuposto de ocorrerem falhas de mercado nos processos produtivos agrícolas. Dadas suas especificidades, a agricultura estaria permanentemente sujeita a uma série de riscos intertemporais, cuja manifestação justificaria plenamente a interferência pública corretora. Sobretudo, num quadro de análise convencional se fariam muito poucas concessões em termos de admissão de falhas que seriam inerentes ao sistema de mercado, ademais de normalmente atribuir-se preponderantemente às ações governamentais distorsivas, a responsabilidade por virtuais imperfeições em relação ao que seria a situação ideal decorrente do livre funcionamento dos mercados.

liberalização de mercados, o que se assistiu foi o alargamento da ação do Estado em favor do livre-cambismo e da (dês)regulação, desativando-se progressivamente arenas regulatórias e o gerenciamento governamental da comercialização agrícola.

Isto denotaria uma clara e explícita omissão do papel das reservas alimentares como instrumento para se prover o *bem público* o que descobriria, na acepção de Delgado (1993:26), uma desqualificação das políticas de manutenção de estoques de alimentos pelos governos, quer pelo argumento livre-cambista ou o de sua má gestão. Na concepção do autor, haveria forte reducionismo nesse tipo de argumento dado se omitir explicitamente o "(...) fundamento da função pública neste campo, que não se confunde com a função exercida pelo Estado nas suas políticas concretas".

Na realidade, o que cumpriria ressaltar com cores bem fortes, é que a referida objeção neoliberal à existência do Estado forjador de intercâmbio, nos termos aqui propostos, encobriria a existência de um outro forjador de mercado onipresente no esquema de análise convencional.

Pois, quando os mercados nacionais são abertos ao livre acesso internacional das importações, com mira ao suprimento de *falhas* de abastecimento e/ou intertemporalidade entre produção e demanda, repõe-se uma condição macroeconômica de *acesso* a um conjunto amplo de variáveis – notadamente a reserva de divisas, regras de comércio e condições de financiamento, entre outras – condição esta que certamente não seria *forjada* pelo mercado, *ipso facto*. Tal apropriação decorreria do fato de que as variáveis acima referidas são objeto de uma construção macroeconômica que tem, obviamente, conseqüências de cunho macroeconômico.

Entretanto, recuperando nossa formulação do Estado como *forjador de intercâmbio* nos mercados de estoques de alimentos, cumpriria assinalar que a racionalidade da intervenção pública nesse domínio não se esgota no plano da mera geração de condições de ordem e liquidez necessárias à regulação desses mercados.

Tal assertiva demonstra toda sua propriedade quando referida a contextos sociais e econômicos de profundas assimetrias sócio-econômicas como os nossos, diversos estruturalmente de realidades capitalistas avançadas onde a transformação econômica democrática historicamente consignou a superação desse legado. Daí caberia questionar a capacidade do forjador de intercâmbio resolver *questões estruturais* do próprio mercado e da distribuição, em verdade questões de cunho essencialmente político.

Relevam, portanto, alguns questionamentos cruciais à construção teórica do forjador de mercado: 1) seria ela uma construção perfeitamente condizente com nossa hipótese central a propósito da regulação de mercados? Ou, 2) incorporaria o forjador de mercado uma pauta de atuação abrangente dos aspectos acima aludidos? Ou ainda, 3) não estaria o forjador de intercâmbio keynesiano mais voltado às questões propriamente relacionadas à geração de condições de ordem e liquidez? Destarte, não haveria uma preocupação maior com a questão da distribuição, ou com o tratamento da problemática da segurança alimentar.

Certamente, a formulação originária do conceito do forjador de intercâmbio se referiria às realidades econômicas do capitalismo desenvolvido, nas quais se colocariam de forma preponderante questões relativas à preservação de um ordenamento institucional garantidor da ordem e liquidez necessárias ao bom desempenho dos mercados – já que nesses contextos, diversas assimetrias sócio-estruturais próprias aos nossos países foram superadas.

Todavia, consideramos que a construção teórica mantém sua validade como substrato de análise da intervenção do Estado na regulação dos mercados, sobretudo levando-se em conta que as transformações ocorridas nas últimas décadas provocaram mudanças qualitativas do padrão de acumulação capitalista em diversos países.⁵

E seria precisamente nessa medida que caberia incorporar a contribuição de De Janvry (1983), na linha de sua ênfase em questões políticas atinentes às chamadas alianças de *legitimidade*, ao par dos problemas relativos à estabilidade regulada dos mercados, estes últimos propriamente relacionados à questão da *ordem*.

Nesse autor, a legitimidade se relacionaria à tentativa de promover práticas *concertativas* entre os interesses do setor produtivo e dos consumidores e trabalhadores. Tal objetivo se justificaria quer sob uma ótica de análise econômica, ou da economia política, na linha de sua contribuição ao enfrentamento de quadros de crise de acumulação e/ou de legitimação do sistema.

Na perspectiva proposta por De Janvry, em circunstâncias marcadas por *crises de acumulação* seria crucialmente importante forjar um vetor de preços alimentares relativamente estável, dado seu impacto sobre o cálculo do índice de custo de vida e da

⁵ Em termos de dinâmica econômica, tornaram-se relativas as diferenças entre o pólo avançado de agriculturas como a brasileira, por exemplo, e seus congêneres nas economias avançadas, sem embargo dos aspectos restritivos à afirmação plena dos pressupostos da acumulação de capital entre nós. Assim apropriado, o forjador de intercâmbio keynesiano configuraria uma categoria teórica de análise mais voltada ao estudo dos atributos de ordem e liquidez nos mercados, não se incorporando aspectos que, decididamente, encontram-se ausentes em sua formulação analítica de base.

composição dos gastos assalariados básicos. Disto se deduziria sua influência sobre o nível dos salários monetários e, conseqüentemente, sobre a taxa de lucro média da economia.

Igualmente, a estabilidade dos preços agrícolas se relacionaria à situação do balanço de pagamentos do país, dada a significativa contribuição da balança comercial agrícola para o desempenho do saldo comercial de divisas. De forma idêntica, não se poderia desconsiderar a correlação entre o comportamento dos preços alimentares e a arrecadação tributária do Estado, visto que disfunções de mercado na agricultura afetariam tanto os níveis quanto os fluxos das receitas públicas.

Amplamente falando, poderíamos afirmar que o comportamento do vetor de preços agrícolas geraria impactos positivos ou negativos sobre o nível de renda setorial, com repercussões em nível da demanda efetiva do complexo agroindustrial como um todo.

Reversamente, o absentéismo do Estado no controle da instabilidade de preços agrícolas recolocaria a necessidade de dotações orçamentárias específicas para programas de caráter assistencial, com conseqüente elevação do nível do *déficit* público. Em reforço desse ponto podemos citar Delgado (1991), que assinala que a assimetria da distribuição de renda no Brasil descobre “(...) uma população regularmente carente de segurança alimentar e muito mais ainda na situação de elevação real ou instabilidade de preços dos alimentos”.

Delgado sublinha os impactos mais que perversos da inflação sobre os níveis de instabilidade e erosão da taxa de salários básica da economia, com atenção para o fato de que “o agravamento sem precedente da situação alimentar e nutricional de grande parte da população reclama providências e sugestões alternativas de segurança alimentar”.

Por outro lado, a intervenção pública na esfera do abastecimento também se justificaria numa ótica de natureza *política*, tendo-se em conta o papel desempenhado pela estabilidade dos preços agrícolas e de alimentos na racionalização de eventuais *crises de legitimação* do Estado. Pois, ainda valendo-nos do argumento de De Janvry (1983: 13):

“(...) os preços dos alimentos-salário definem os níveis de renda e de salários reais e (...) o consumo e os níveis nutricionais da população. Ademais, o preço pago ao produtor (...) afeta o nível e a distribuição de renda na agricultura, (...) o nível de emprego e, portanto, de bem-estar dos produtores rurais sem terra e marginais. Enquanto elementos essenciais das necessidades básicas e do ‘direito’ ético das populações a satisfazerem essas necessidades, os preços dos alimentos determinam fortemente a legitimidade do poder do Estado”.

A propósito, para o bem ou para o mal, registre-se que a inscrição do controle inflacionário no núcleo duro da política econômica historicamente desempenhou importante papel na legitimação de regimes políticos, inclusive aqueles de corte autoritário. A discussão proposta por De Janvry (1983) deságua, pois, numa disjuntiva entre o problema de estabilidade e distribuição nos campos do produtor e do consumidor. Entretanto, tal disjuntiva seria passível de resolução pela mediação de um Estado interventor que engendrasse condições de *legitimidade* e *estabilidade*, e cuja consecução pressuporia, evidentemente, a existência de recursos financeiros.

Mas, se esse Estado encontrar-se fiscalmente debilitado, instalar-se-á uma tendência inexorável a sua retração quanto à cobertura desses pressupostos, realidade historicamente bem conhecida na sociedade brasileira. Contudo, as considerações aqui tecidas suscitariam uma importante interrogação: como se recolocaria na atualidade a questão da intervenção pública em contextos de predominância de interesses ligados aos complexos agroindustriais, *vis-à-vis* uma multiplicidade de outros interesses de base não-capitalista?

Certamente, nas condições atuais, a grande questão posta com relação ao desenvolvimento territorial rural diria respeito à incorporação dos interesses relacionados ao universo de pequenos produtores e trabalhadores rurais. Já no campo dos consumidores, haveria que se convergir para um pacto de estabilidade que garantisse o acesso permanente à cesta de consumo em condições de estabilidade e preços compatíveis. Desse modo, nossa argumentação básica consistiu em explicitar a importância teórica e política da discussão da instabilidade dos preços alimentares, na linha de suas consequências para a dinâmica sócio-econômica. De acordo com Delgado (1991: 01):

“(...) esta discussão teórica prepara o caminho para abordar os limites e as perspectivas da regulação política dos preços dos alimentos” cabendo sublinhar que, nesse sentido, “a discussão da instabilidade e da regulação” encontra-se matizada por “distintas contribuições doutrinárias (...) numa tentativa de captar argumentos parciais explicativos e normativos das políticas de estabilização dos preços dos alimentos”.

Sem embargo, a regulação econômica dos preços de alimentos constitui-se em meta altamente relevante, mormente considerando-se contextos sócio-econômicos estruturalmente assimétricos no tocante à distribuição de renda. Nessa medida, corroboramos a necessidade de revisão profunda do padrão de intervenção pública na área, abrindo-se o debate em torno de estratégias que sejam consistentes com o efetivo ordenamento dos mercados de estoques (ou reservas) alimentares.

Do contrário, estaremos sempre diante da possibilidade de enveredar pela falácia do livre cambismo, bem como da aceitação do argumento da excelência da livre circulação e do intercâmbio privado em mercados de *commodities* mundializados, prescindindo-se das intervenções reguladoras dos estados nacionais. De fato, a disjuntiva entre intervenção e (dês)regulação perpassa o debate da articulação de interesses em torno da implementação de vetores sustentáveis de desenvolvimento, debate este que se encontraria na raiz das questões atinentes à superação de quadros sócio-estruturais críticos prevalentes nos países da periferia do capitalismo.

Pensamos, nessa medida, que a presente crise (estrutural) de preços de alimentos no mundo desata um importante debate, acerca da capacidade da sociedade mundial se posicionar acerca de elementos de política pública consistentes com os interesses da maior parte da população. Do contrário, mantêm-se resistente o paradoxo de uma situação em que se projetam metas generosas espelhadas (por exemplo) nos objetivos do milênio e a busca fugidia de seu cumprimento, com todas suas conseqüências sobre uma ordem mundial fraturada e que urge superar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa discussão nesse trabalho guardou implícito o pressuposto de que a reserva de alimentos – ou o *estoque alimentar* – antes de se constituir em mera *commodity*, deva ser apreendida em seu papel de instrumento de política pública para se prover a estabilidade de preços, segurança e ordem no funcionamento dos mercados agrícolas. Nessa linha do argumento, sobressairia a inserção estratégica do Estado efetivando um padrão de manejo de estoques consistente com a afirmação de *condições seguras e estáveis* de abastecimento alimentar e nutricional da população.

Desse ângulo, poder-se-ia afirmar nosso objeto de análise como um dos elementos componentes do desenho e operacionalização de políticas de segurança alimentar de corte abrangente. Isto significa dizer – divergindo do discurso convencional – que a manutenção de estoques se apresenta como uma *mediação* de grande importância para se prover a segurança alimentar da população, compreendida a mesma como *bem público* configurado no *acesso* aos alimentos a preços estáveis, em bases equitativas e com sustentabilidade.

Admitimos a hipótese de que os mercados no capitalismo sejam instâncias passíveis de regulação, visto que a prevalência de condições de ordem e liquidez na produção e

distribuição de bens se constitui em uma das condições necessárias à sobrevivência do concerto social. Tal assertiva indica o debate sobre o papel das instituições, compreendidas como esfera constitutiva do processo de transformação sócio-econômica capaz de incluir as demandas em conflito na sociedade.

Todavia, cabe sublinhar com grande ênfase a importância de se apreender a reserva de alimentos para além do mero plano da *mercadoria*, valendo-nos para tanto da contribuição de Polanyi (1980) a propósito da discussão do mercado auto-regulável e das mercadorias por ele denominadas de *fictícias* – trabalho, terra e dinheiro. Conforme o autor, apesar de uma *economia de mercado* abranger os diversos componentes da indústria, *inclusive* o dinheiro, o trabalho e a terra, estes dois últimos "(...) nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem", respectivamente.

No limite, enfatiza Polanyi com cores bem fortes, seria inadmissível incluir tais elementos no mecanismo de mercado, pois, fazê-lo, implicaria em se subordinar "(...) a substância da própria sociedade às leis do mercado" (POLANYI, 1980: 81-88). Ora, sabemos que numa economia de mercado o conceito de *mercadoria* configura um elemento de aglutinação de todas as esferas da vida econômica. Pois, por suposto, o fim último das mercadorias produzidas é sua ulterior venda em seus respectivos mercados. Estes, de seu turno, representam o *locus* de encontro entre vendedores e compradores, espaço privilegiado de atuação das forças ditas *impessoais* da oferta e da demanda, sob a mediação do mecanismo dos preços.

Caracterizando o potencial (ou do poder) de controle do mecanismo de mercado sobre a sociedade econômica, Polanyi (1980: 84-85) focaliza seu argumento numa ***assertiva fundamental***: apesar de trabalho, terra e dinheiro se constituírem em elementos fundamentais do sistema econômico – e, portanto, deverem ser organizados em mercados – não seria adequado atribuir-lhes de forma estrita o *status* de mercadoria. Pois, nesse caso, não se configuraria o postulado básico do funcionamento do mercado, de que tudo que é transacionado deva ter sido *primeiramente* produzido.

"(...) trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para a venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada."

Por outro lado, prossegue o autor, "(...) terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem". De idêntica forma, o dinheiro seria um mero símbolo do poder de compra e, geralmente, "(...) ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais". Donde, conclui Polanyi, "(...) a descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia".

Por intermédio dessa *ficção* que os mercados reais de trabalho, terra e dinheiro se encontrariam organizados, sobressaindo o fato de que qualquer entrave à sua formação poderia vir a afetar toda a *auto-regulação* do sistema. Nessa linha de seu argumento, o autor assinala que a ficção da mercadoria – dada a regra de ouro de funcionamento *livre* dos mercados – teria efeito essencialmente organizador sobre a sociedade, com impactos em seu complexo de instituições. Entretanto, Polanyi (1980: 85) sublinha com a máxima clareza que, precisamente:

"(...) em relação ao trabalho, à terra e ao dinheiro não se pode manter um tal postulado." Pois "permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade. Esta suposta mercadoria, a 'força de trabalho', não pode ser impelida, usada indiscriminadamente, ou até mesmo não utilizada, sem afetar também o indivíduo humano que acontece ser o portador dessa mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema disporia também, incidentalmente, da entidade física, psicológica e moral do 'homem' ligado a essa etiqueta. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome."

Ademais, dirá o autor:

"(...) a natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e secas nas sociedades primitivas. Os mercados de trabalho, terra e dinheiro 'são' sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de um tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que a sua substância humana e natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico."

O resgate da contribuição de Polanyi – a propósito da dinâmica de funcionamento dos mercados ditos *fictícios* – nos consigna um *suporte fundamental* para caracterizar o *estoque alimentar* como instrumento de crucial relevância para a *subsistência do concerto social*. Ora, em que pese *o fato de as reservas de alimentos* referirem-se a produtos que, efetivamente, são mercadorias – pois milho, feijão, soja, mandioca, girassol, entre outros, passaram por processo de produção – elas guardariam um elo fundamental com as mercadorias fictícias de Polanyi por *comporem em última instância a subsistência (ou sobrevivência) das pessoas*.

Seria precisamente neste sentido que nos referimos anteriormente à impossibilidade ética de subsistência do concerto social frente a uma realidade em que parcelas da população estejam alijadas de um direito humano tão fundamental.

Portanto, a *intervenção pública* no manejo de reservas de alimentos se configuraria como elemento de base na regulação da dinâmica dos mercados agrícolas, guardado o objetivo de provisão da *suficiência* no abastecimento e o *acesso* aos alimentos a preços estáveis. Nesta medida, apreendido a propósito de sua função social, o estoque (reserva) alimentar seria devidamente apropriado como um dos instrumentos de provisão do *bem público*, afirmando-se desse modo o papel crucial do Estado na efetivação de seu manejo.

Reportamo-nos, em conclusão, às sugestões inicialmente referidas a propósito da presente *crise mundial de alimentos*, assim como à necessidade de sua superação pela apropriação de elementos de política pública que ultrapassem a ortodoxia que sempre vigorou no tratamento da questão do acesso ao alimento como direito fundamental das pessoas.

Do contrário, mantêm-se o acinte de um quadro em que se acumulam as perversidades de um padrão de desenvolvimento que – estruturalmente – exclui as mais amplas parcelas da população daquele que é um requisito elementar da cidadania: o *acesso* de todas as pessoas – sem exceção – a uma condição alimentar e nutricional condigna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Fernando Cardim de: (1987). "O Caminho da Revolução: o *Treatise on Money* na Revolução Keynesiana". In: LOPES, Carlos M. (org). Ensaio de Teoria Pós-Keynesiana. Fortaleza: Editora da Universidade federal do Ceará
- _____: (1992). "Mr. Keynes and the Post Keynesians". Tese de Doutorado. Mimeo.
- CONFERENCIA de Alto Nivel sobre la Seguridad Alimentaria Mundial: los desafios del Cambio Climático y de la Bioenergía. Roma, 3 – 5 de junio de 2008. Aumento de los Precios de los Alimentos: Hechos, Perspectivas, Impacto y Acciones Requeridas.
- COUTO, Ebenézer Pereira: (1999). "Manejo de Estoques Alimentares num Cenário de Globalização Econômica e Liberalização de Mercados". In: XIII Congresso Brasileiro de Economistas; VII Congresso de Economistas de América Latina y el Caribe (Rio de Janeiro). Anais...
- _____: (2000). Manejo de Estoques e Segurança Alimentar: repensando estratégias (1965-1998). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, mimeo.
- DAVIDSON, P. (1985). Money and the real World. London: The MacMillan Press Ltd
- _____(1984). "Reviving Keynes's revolution". Journal of Post Keynesian Economics, Summer.
- _____(1978). "Por qué importa el dinero: lecciones de medio siglo de teoria monetária". In: OCAMPO, José A. (coord.) Economía poskeynesiana. México: FCE.
- DELGADO, Guilherme da Costa: (1990). Mercados agrícolas, sustentabilidade e condições para uma nova regulação econômica. Brasília: IPEA. (Relatório de Pesquisa).
- _____: (1993). Agricultura e Comércio Exterior: rumos da regulação estatal e suas implicações para a segurança alimentar. Mimeo.
- DE JANVRY, Alain: (1983). "Why Governments Do What They Do? The Case of Food Price Policy". In: JOHNSON, G. & SCHUH, G. E. The Role of Market in World Food Economy. Boulder, Colorado, Westview Press
- FAO: 2006. The State of Food Insecurity in the World 2006. Roma: Organización de Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura
- GARLIPP, José R. D.: (1997). "Keynes, Marx e Polanyi: Tres Contribuições para se Enxergar o Ponto Cego da Mentalidade do Mercado no Capitalismo Contemporâneo". In: Anais do II Encontro Nacional de Economia Política. Sociedade Brasileira de Economia Política. São Paulo
- KEYNES, John Maynard: (1978). "A teoria Geral do Emprego (1937)". In: J.M.K.: Economia. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- _____: (1982). A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Atlas.
- NOTA INFORMATIVA INTERMÓN OXFAM (2008). La Hora de la Verdad: Que Deben Hacer los Líderes Mundiales Frente a la Crisis de Precios de los alimentos. (publish@oxfam.org.uk)
- OCDE-FAO Agricultural Outlook 2008-2017. OCDE Multilingual Summaries
- POLANYI, Karl: (1980). A Grande Transformação: As Origens de nossa Época. Rio de Janeiro: Campus
- RELATÓRIO NACIONAL BRASILEIRO: (1996) Cúpula Mundial da Alimentação. Roma. Mimeo
- WADE, Robert: (1990). Governing the Markets: economic theory and the role of government in East Asian industrialization. Princeton University Press, New Jersey